



Fernando Peixinho

A Tentação Liberal

A evolução política dos últimos dez anos foi marcada por um regresso às teses originais do liberalismo e da supremacia do mercado em relação aos valores da solidariedade e da justiça social. O esforço de competitividade crescente, associado à globalização das economias, tem-se traduzido na maior das "canibalizações", quer ao nível tecnológico, quer no que respeita às estruturas sociais das sociedades ditas desenvolvidas.

O Primeiro - Ministro António Guterres, foi claro ao defender, logo após ter assumido funções governativas, que a Europa não tinha condições de competir com economias baseadas numa gritante exploração do trabalho e com modelos sociais atentatórios

do mais elementar respeito pela dignidade humana. E tem sido a filosofia liberal, cuja única bítola é o dinheiro, que tem proporcionado a desindustrialização de toda a Europa, em favor dos países de mão de obra barata, arrastando para o desemprego e a exclusão social uma classe operária e uma geração a meio do seu percurso da vida activa, que cada vez mais é o gérmen de situações de ruptura, quer ao nível individual, quer ao nível colectivo.

A mundialização dos fenómenos económicos transforma as pequenas economias abertas em sistemas altamente vulneráveis e por conseguinte à mercê da evolução geral do Mundo. A queda dos regimes do leste da Europa não teria sido possível se as característi-

cas globalizantes dos fenómenos económicos não estivessem consolidadas, tanto mais que as condições de concorrência se alteraram profundamente por essa via. Daí que Portugal, colocado na extremidade da Europa, não é mais do que uma economia periférica, totalmente aberta e naturalmente exposta às contingências derivadas da integração num espaço económico mais amplo.

O exame retrospectivo dos últimos quinze anos evidencia uma Europa governada por regimes conservadores-liberais, designadamente no que se refere aos três países com maior capacidade para influenciar o rumo das coisas (Alemanha, Inglaterra e França) e só agora aparecem alterações ao nível destes países, que a meu ver pronunciam uma orientação política marcada por crescentes preocupações sociais, mormente ao nível da criação de empre-

A história recente de Portugal não foge a essa regra de ouro do neo-liberalismo: a economia cresceu e simultaneamente aumentou o desemprego e se desequilibrou, ainda mais, a repartição do rendimento gerado, quer ao nível das pessoas, quer ao nível das diferentes regiões do país. Tem-se assistido a um processo de concentração da riqueza, sem precedentes, com uns poucos, detentores dos instrumentos absorventes do dinheiro gerado, a apropriarem-se das mais valias produzidas no conjunto da economia, assistindo-se a transferências maciças de capital do sector produtivo para o sector financeiro.

As pequenas e médias empresas do interior do país estão hoje a viver um esforço de sobrevivência que se traduz em resultados exíguos e sem condições para crescerem e se auto-financiarem. E tudo isto derivado da tal lógica de concentra-

ção que faz dos fortes cada vez mais fortes e dos restantes uma massa frágil e dispersa.

Não é aceitável que em nome da primazia do mercado se desregulem as actividades e se exponham aos mesmos riscos e às mesmas contingências protagonistas tão desiguais. Se o modelo gerador de emprego é o que assenta em pequenas e médias unidades então criem-se condições para que possam funcionar com um enquadramento semelhante.

A capacidade de intervenção política dos governantes é justamente na definição das políticas sectoriais e é nesse quadro que se espera que este governo actue norteado pelos valores da solidariedade e da justiça social com que ganhou as eleições.

No fundo, as contradições que se vivem em toda a Europa são, respeitadas as devidas proporções, as mesmas que se fazem sentir em Portugal, ou seja,

os principais indicadores macro-económicos são positivos enquanto uma parte importante da população se sente mais pobre e mais insegura em relação ao seu futuro. Abrem-se e fecham-se fábricas consoante a evolução dos preços da mão de obra originando-se situações de instabilidade que atingem violentamente as famílias mais desprotegidas

O destino do Mundo não pode ser este, e nem sequer estamos no "Fim da História" como escreve F. Fukuyama, já que a convergência dos sistemas à escala planetária só poderá ter condições de sustentabilidade se estiver garantida uma plataforma fundada na harmonia e no equilíbrio das forças sociais, factores tão caros à felicidade humana. E, falando disso, o Mundo nunca foi tão desigual e tão injusto como o do tempo presente..



António Prada

A circulação na cidade de Bragança

É intenção da Câmara Municipal de Bragança levar a efeito algumas intervenções em diversas artérias nesta cidade no sentido da melhoria das condições de circulação.

Discordando das soluções entretanto aprovadas, nomeadamente a que se propõe para a av. João da Cruz, e revelando-se nelas, do meu ponto de vista, a inexistência de princípios orientadores minimamente credíveis é minha preocupação pessoal apresentar aqui o assunto ao conhecimento público na tentativa de suscitar o debate sobre estas questões pois fui levado, enquanto cidadão utente e interessado nesta área de estudo, a reflectir e encontrar soluções alternativas que assegurem não só melhores condições de circulação automóvel e pedonal

mas ainda uma melhor gestão e valorização do espaço urbano.

Espero assim, com esta minha atitude, alertar a opinião pública, e simultaneamente os intervenientes políticos, para a necessidade de uma abordagem mais global da questão da circulação dado que alguns exemplos anteriores de intervenções não contribuíram, do meu ponto de vista, para a melhoria desejável da qualidade urbana desta cidade.

Em particular, algumas das opções pela sinalização luminosa que surgiram nos últimos anos não terão sido objecto de reflexão adequada das condições de funcionamento das intersecções. Com efeito, embora sejam notórios alguns constrangimentos à circulação automóvel em certas zonas da cidade, não me parecem ser de

carácter alarmante de forma a obrigarem à adopção sistemática deste tipo de soluções pelo que deveriam ser idealizadas soluções alternativas, com melhores resultados globais em termos de segurança, ambientais e económicos, tendo-se ainda em conta a necessidade de harmonizar as diversas funções que os espaços urbanos devem desempenhar.

A situação principal que neste momento queria pôr à discussão é a que se verifica na confluência das várias artérias com a avenida João da Cruz, para onde a Câmara tem prevista uma solução de semaforização generalizada dos cruzamentos. Seria desejável que a opção pela sua instalação tivesse sido precedida de estudo adequado que eventualmente apontasse nesse sentido, o que julgo não terá sido feito, já que me parece não ser essa a solução mais óbvia à partida.

Deverá ainda atender-

se ao facto de a malha viária no centro da cidade se encontrar estruturada com a configuração que apresenta há já algumas décadas, exceptuando-se a construção recente da Avenida Sá Carneiro. Persistindo alguns "vazios" urbanísticos que não têm permitido o desenvolvimento de alternativas viárias às existentes, apesar da contínua evolução da taxa de motorização e do crescimento da cidade, tal facto tem levado a que se venham agravando continuamente as condições de circulação na avenida João da Cruz, já que se trata de um ponto de passagem obrigatório para a generalidade do tráfego urbano. É urgente então, ainda por razões urbanísticas, que se opte por desenvolver a malha urbana em toda a zona que se estende desde a praça Cavaleiro de Ferreira até à zona de Vale d'Álvaro através dos terrenos livres onde se incluem os da antiga Estação do caminho-de-ferro, o que

constitui actualmente um autêntico deserto urbanístico.

A solução agora prevista pela Câmara tem por base a instalação de sistemas de sinalização luminosa nos três cruzamentos da avenida João da Cruz, para regular os diversos fluxos de tráfego automóvel e de peões, mantendo-se a sua actual estrutura no que respeita à definição das vias de circulação, passeios e placas ajardinadas. Prevê-se apenas a construção de uma nova placa central, semelhante às existentes, configurada pela zona que se encontra actualmente demarcada no pavimento a traços amarelos em frente aos Correios. Paralelamente prevê-se a instalação de barreiras metálicas no bordo de alguns passeios com o intuito de impedir o acesso dos peões às faixas de circulação automóvel.

Ora, julgo que se está a querer resolver um problema de gestão da circulação automóvel

optando-se por soluções rígidas (semáforos e barreiras metálicas) sem se procurar simultaneamente uma reorganização dos espaços disponíveis, o que seria perfeitamente possível neste caso. Imaginemos, a este propósito, no que resultaria a colocação de barreiras metálicas no passeio em frente ao Correios, onde já é evidente a sua largura exígua. É ainda evidente a existência de excessivos obstáculos à circulação dos peões ao longo dos passeios nesta e noutras artérias da cidade.

Parece-me, portanto, que seria de optar por solução mais flexível que evite os diversos inconvenientes da sinalização luminosa, que permita ainda uma melhor utilização do espaço urbano e uma melhor eficácia da gestão das circulações. Em próxima oportunidade apresentarei solução alternativa.